

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO BATISTA - MEIO AMBIENTE.
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIG) 06.2020.00000386-0.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça **Raul de Araujo Santos Neto**, colaborador pelo sistema ATUA da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista – Curadoria do Meio Ambiente (Portaria nº 2.697/PGJ/SC), e de outro lado **Joaquim Fuck**, brasileiro, casado, serviços gerais, CPF nº 004.717.069-73 e Carteira de Identidade nº 3.629.282/SC, **Regina Mara Sousa Fuck**, brasileira, casada, bacharel em direito, CPF 791.600.859-91, carteira de identidade nº 2.846.959, residentes na Estrada Geral Boa Esperança, s/nº, na Localidade de Boa Esperança, Município de Major Gercino - SC, telefone: (48) 98446-9524, e-mail: *reginamara_sousa@hotmail.com*, doravante denominados compromissários, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85 (Lei da Ação Civil Pública), e **CONSIDERANDO**:

- as funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas Nacional (nº 8.625/85) e Estadual (nº 197/2000), bem como a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal de 1988), entre eles o meio ambiente;

- o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, o que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consoante dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

- o princípio do poluidor-pagador previsto na Lei nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), que visa "à imposição ao poluidor e ao predador" da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente;

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

- a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme as diretrizes gerais fixadas pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem estar de seus habitantes, nos termos do art. 182, da Constituição Federal;

- os termos do Assento nº 1/2013/CSMP, arts. 4º e 5º, que estabelece que a reparação do dano obedecerá, prioritariamente, a seguinte ordem, mediante o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na: I - restauração do dano *in natura*, no próprio local e em favor do mesmo bem jurídico lesado; II - recuperação do dano *in natura*, no próprio local e/ou em favor do mesmo bem jurídico lesado; III - recuperação do dano *in natura*, porém substituindo o bem lesado por outro funcionalmente equivalente; e IV - substituição da reparação *in natura* por indenização pecuniária. E que, não sendo as medidas indicadas no artigo anterior, suficientes para a reparação dos danos, poderão ser estabelecidas medidas de compensação mitigatórias, obedecendo o disposto no parágrafo único do art. 3º;

- os termos da Recomendação nº 54/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, onde dispõe que sempre que possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade (art 1º, § 2º);

- o contido no **Inquérito Civil Público (SIG) nº 06.2020.00000386-0**, cujos documentos coligidos demonstram que o compromissário causou dano ambiental, em razão de ter promovido a escavação de área com extensão de 729,00m², em área de nascente, bem como a supressão de vegetação nativa, sem qualquer tipo de autorização ou licença da autoridade ambiental competente, situação que acarretou a lavratura do Auto de Infração Ambiental nº 51688-A e Termo de Embargo nº 47024-A, emitidos pela Polícia Militar Ambiental;

- as demais informações contidas nos autos, notadamente a intenção do compromissário em reparar o dano e promover a regularização e reparação da atividade desenvolvida no local, mediante execução de Projeto Técnico Simplificado de Revegetação de Área Degradada, arcando com medida compensatória/mitigatória inerente à compensação do meio ambiente, o que se mostra adequado ante o seu conteúdo e razoável, independente de apreciação pelo Órgão Ambiental, haja vista a pronta e premente necessidade de reparação ambiental.

Por fim, que eventuais infrações penais são independentes, e serão averiguadas em separado nos autos do Termo Circunstanciado nº 5002969-67.2020.8.24.0062,

RESOLVEM celebrar o presente **Compromisso de**

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

Ajustamento de Conduta, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85, mediante os seguintes **TERMOS**:

DAS OBRIGAÇÕES:

Cláusula 1ª - Os compromissários **Joaquim Fuck e Regina Mara Sousa Fuck**, por si e eventuais sucessores a qualquer título, assumem os seguintes compromissos:

a) obrigação de fazer, consistente na recuperação do dano *in natura*, mediante a implantação/execução integral do Projeto Técnico Simplificado de Revegetação de Área Degradada acostado nos autos (fls. 22-39), que passa a fazer parte integrante do presente ajustamento, e zelando para eventual substituição das mudas em caso de não germinação ou evolução do crescimento, com comprovação da efetiva execução/implantação, no prazo de trinta (30) dias;

b) obrigação de fazer, concernente a apresentação de material fotográfico, com pelo menos 8 (oito) fotografias datadas, comprobatórias da evolução da reconstituição da vegetação nativa no lugar, bem como de relatório técnico, subscrito por profissional habilitado para avaliar o grau de sucesso das atividades desenvolvidas e indicar se foram alcançados de forma satisfatória os objetivos específicos e a metodologia de implantação descritos nos itens 9 e 10 do Projeto Técnico Simplificado de Revegetação de Área Degradada, sendo o material fotográfico a cada seis (6) meses, e o relatório a cada um (1) ano, e ambos pelo prazo de três (3) anos;

c) eliminação do açude e recomposição com mudas nativas, no prazo de 30 dias, conforme orientação do PRV, a contar da data da assinatura deste termo;

Cláusula 2ª - Os compromissários **Joaquim Fuck e Regina Mara Sousa Fuck** assumem, ainda, a obrigação de prestar contas de cada compromisso, inclusive, do cronograma referente a implantação do PRV, nos autos do Procedimento Administrativo respectivo, a ser instaurado para acompanhamento dos compromissos, no prazo de 10 (dez) dias, contados do prazo final de cada uma das obrigações assumidas no presente ajustamento.

Cláusula 3ª - O **Ministério Público Estadual**, pelo Promotor de Justiça signatário, se compromete a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, se cumpridos todos os itens ora ajustados, nos prazos estabelecidos.

DA MULTA:

Cláusula - 04: O descumprimento de quaisquer dos prazos e/ou das obrigações estabelecidas no presente implica na responsabilidade pessoal dos compromissários e eventuais sucessores a qualquer tempo, e, ainda, no pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada mês de atraso, limitado a doze meses, a ser recolhida em favor Fundo

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina.

DA EXECUÇÃO:

Cláusula - 05: Na hipótese de não cumprimento pelo compromissário, ou por seus sucessores, respectivamente, de quaisquer das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta, além da responsabilidade pessoal e da multa pecuniária previstas na cláusula anterior (04), facultará ao **Ministério Público Estadual** a sua imediata execução judicial, total ou parcialmente, e, ainda, facultativamente, o ingresso de ação civil pública.

DA VIGÊNCIA:

Cláusula - 06: O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura, da qual serão computados os prazos estipulados em suas cláusulas.

6.1 – Os prazos acima fixados (Cláusula - 01) poderão ser eventualmente prorrogados a pedido do compromissário, independentemente de Termo Aditivo, desde que apresentada justificativa razoável para o atraso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em três (3) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

São João Batista, 9 de março de 2021.

Nilton Exterkoetter
Promotor de Justiça

Joaquim Fuck Regina Mara Sousa Fuck
Compromissário Compromissário